ATA DA REUNIÃO ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 57/2024, DE AUTORIA DO VEREADOR PEDRO ULISSES COIMBRA VIEIRA, REALIZADA PRESENCIALMENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO DIA VINTE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. (20-02-2024).

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, terça-feira, às nove horas e trinta e dois minutos, foi realizada reunião por videoconferência atendendo ao **Ofício Nº. 57/2024**, de autoria do Vereador Pedro Ulisses, para tratar sobre os animais de rua que se abrigam em locais de saúde pública e também sobre a distribuição das casinhas de abrigos pelo Município. **Participaram da reunião:** Os Vereadores Pedro Ulisses Coimbra Vieira e Ricardo de Miranda Thomaz. **Registraram Presença:** Leandro Ferreira - Secretário de Saúde; Maria Emília Moreira - ONG Cãodomínio; Viviane Maria Britto de Freitas - ONG Cãodomínio; Michele Azevedo - Subsecretária de Vigilância em Saúde; Vilma Claudino - Centro de Acolhimento Animal; Deisy A. Oliveira - Prefeitura de Mariana; Ana Paula Camelo - Secretaria de Saúde; Augusto Gabriel - Chefe de Gabinete do Vereador Ricardo Miranda. **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental" O Vereador Pedro iniciou os trabalhos desta reunião agradecendo a presença de todos, ato contínuo, realizou a leitura das correspondências, no qual, demonstrou o porquê das tratativas desta reunião, onde, durante uma fiscalização a Policlínica Municipal verificou uma variedade de cachorros na área interna, o que pode afetar diretamente na saúde das pessoas que estão em atendimento ou tratamento, seguidamente solicitou que fosse discutido sobre as casinhas que foram distribuídas dentro do Município, sendo assim, esta reunião busca definir soluções para resolução destes problemas. Com a palavra, a Sra. Michele inicia dizendo ter preocupação com os animais em situação de rua, além do Município não conseguir atender, está ciente que está havendo casos deste animais invadirem locais públicos e de até mesmo ataques, é sabido que o Município possui a Lei de Proteção dos Animais, mas, deve-se pensar em questões relacionadas a Saúde Pública. Tem-se que hoje, o centro de acolhimento animal não atende à demanda que existe no Município, ainda mais por este local ser um centro de passagem de animais, desta forma, a vigilância de saúde não pode simplesmente recolher animais nas ruas, dado que a Lei é clara, só se pode atuar no momento em que é visível que o animal esteja em sofrimento, sinais de doenças infecciosas, dentre outros, e mesmo após o tratamento, o animal pode ser devolvido para as ruas, sendo assim, busca-se sempre minimizar o problema que é o abandono. Com a palavra, a Sra. Daisy relatou que todas as casinhas são catalogadas e liberadas ao protetor responsável após toda documentação e responsabilização. Afirmou que realiza todas as ações de higienização nas casinhas que é responsável diariamente. O Vereador Pedro perguntou quantas casinhas existem no Município? E é feito por parte do Executivo a fiscalização com relação à higienização? Em resposta, a Sra. Daisy disse que existe esse relatório, mas não está em mãos, ao segundo questionamento, afirmou "eu só posso responder pelas as que eu monitoro" isso deve ser averiguado com a Sec. de Meio Ambiente. Declarou que todo este processo é feito com recurso próprio ou doações. Com a palavra, o Vereador Pedro relatou que é necessário intensificar as fiscalizações. Com a palavra, o Sr. Augusto disse que realiza um trabalho voluntariado para a ONG Cãodomínio e declarou que entendimento é o seguinte: "as casinhas não estão lá para os animais, os animais que já estão lá, sem abrigo, com fome debaixo de chuva, aí o protetor pede a casinha." E pediu para o Edil que antes de fazer as denúncias

nas Redes Sociais, que busquem informações sobre o que está ocorrendo, pois apesar da denúncia ser pertinente, poderia ter verificado como está o processo. Descreveu a dificuldade que o Centro de Recolhimento Animal vem enfrentando, "aquela situação está parecendo um presídio e situações que poderia auxiliar este processo é a castração, no qual este serviço está parado", informou que o terceiro setor, as ONGs, não devem servir de alvo para fiscalização dos Vereadores, solicitou que o Vereador Pedro busque um contato maior com eles antes de expor algo do tema nas redes sociais. Crê que a causa animal deveria ser transferida ao setor de Meio Ambiente. Com a palavra, o Vereador Pedro informou que sua publicação teve somente o intuito de resolver o problema, não é marketing político, dado que está buscando o diálogo aberto, em momento nenhum realizou convocações, ou passou o problema para o Executivo e "ao afirmar que eu fiz marketing político, foi você que o fez, apesar de ser membro da ONG Cãodomínio você é nomeado pelo Gabinete do Vereador Ricardo, isso sim foi marketing político". Com a palavra, o Sr. Augusto afirmou que " o pessoal ficou chateado, pois mesmo quando você era Presidente da Comissão de Animais, você não participava das reuniões e simplesmente vai lá e posta um vídeo". O Vereador Pedro disse " eu sou fiscal do povo, se eu for chamado para fiscalizar eu irei para o local, a nossa obrigação é buscar melhorias para todos os setores públicos". Com a palavra, o Vereador Ricardo relata que a fala da Deisy e Michele são extremamente pertinentes, mas antes de realizar as postagens deveria ter verificado, pois as medidas já estavam sendo tomadas, "muitas das coisas já ditas aqui, as medidas já estavam sendo tomadas, o que é difícil é criticar o trabalho das ONGs e não trazer solução, apesar de que já estão encaminhadas para o Poder Público, que possui limitação", além de afirmar que apesar das dificuldades enfrentadas, Mariana possui as melhor habitação animal da região, buscando sempre, vacinar, vermifugar, microchipar e sempre que possível castrar e por isso estão ocorrendo casos em que pessoas de outras Cidades abandonarem os animais aqui, sendo assim, "esta reunião aqui, no meu ponto de vista é desnecessária, tudo que está sendo falado aqui, as medidas estão sendo tomadas, estamos apenas aguardando o Executivo aplicar", "e apesar da situação não ser das melhores, se não fosse pelas ONGs a situação estaria dez vezes pior, além de até hoje, o Poder Público nunca auxiliou com um centavo". Com a palavra, o Secretário Leandro declarou que o castramóvel está parado, pois este contrato estava para vencer, logo, optaram por reestruturar este modelo, principalmente a efetivação de um novo Veterinário pelo Município, para que haja a castração na sede e ao mesmo tempo nos distritos. Com relação ao caso da Policlínica, definimos inicialmente a introdução de um porteiro com o intuito de inibir a entrada dos animais, que nos próximos dias passará a ser por vinte e quatro horas, já com relação às compras, estão em processo, além de que, não irão comprar muitos sonares, devido a verificar a aplicabilidade e se irá ter êxito. Reforça que a política animal no Município é boa, mas tem muitas brechas para melhorar, de forma conseguir cada vez mais otimizar os processos, além de ser um ano eleitoral, boa parte dos processos podem ser parados. Citou que o processo de conscientização é a melhor forma de impedir o abandono, além de realizar a chipagem de todos estes animais, sendo este processo já solicitado para que a Fundação Renova dê esse apoio. Com a palavra, o Vereador Pedro questionou se existe uma comunicação entre os responsáveis pelo setor animal da Prefeitura e as ONGs e sobre a funcionalidade do microchip. Com a palavra, a Sra. Vilma declarou que inicialmente o castramóvel era um serviço terceirizado, e após uma denúncia, o Município assumiu o mesmo conjuntamente ao canil, que é um local de passagem e registro de animais. Informou que o necessário é

focar na regularização da microchipagem no Município. Complementando, a Sra. Michele disse que este processo é um programa, sendo necessário a criação de uma registro geral de animais e tutores e em todas as casas de Mariana, sendo necessário que este microchip contenha todas as informações pertinentes deste animal, sendo elas, suas vacinas, registro de nascimento, tutor, etc, afirmando a eficácia deste chip. O Vereador Pedro solicitou ao Secretário que quando houver este contato com a Fundação que o chame para participar. Com a palavra, a Sra. Ana Paula relata que é necessário que o Município crie uma lei específica de controle populacional, ético, humanitário, definições referentes às castrações, microchipagem, maus tratos e educação, todos estes tópicos devem ser trabalhados em conjunto, além de chamar o Meio Ambiente para o trabalho conjunto. Com a palavra, o Vereador Pedro questiona se este Projeto de Lei citado pode ser feito pelos Edis presentes. Em resposta, foi dito que não, pois gera custo para o Município, logo, este projeto deve partir do Executivo. Em réplica, o Vereador Pedro solicita que o Executivo dê atenção a este projeto e o encaminhe para a Câmara e se desculpou, que se por algum motivo ofendeu alguma das ONGs, apesar de não citá-las como culpadas em seu vídeo, visto que o que foi cobrado era uma atitude do Município para retirar o animais de dentro da Policlinica de maneira urgente, e agradeceu por ter sido atendido. O Vereador Ricardo questionou a possibilidade de parcerias com clínicas privadas. Em resposta, a Sra. Michelle relata que neste momento não é possível. Com a palavra, o Vereador Pedro disse "não é possível fazer isso por meio de isenção de impostos?" Em resposta,a Sra. Michele relata não ser possível, pois o imposto pago é ínfimo perante ao valor do procedimento. Finalizaram afirmando que a melhor política a ser aplicada é a Educação. **ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense" o Vereador Pedro Ulisses encerrou a reunião às onze horas e treze minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**